

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	07
<i>Prefácio</i>	17
<i>Carta do diretor</i>	21
<i>Nota dos editores</i>	23
<i>Introdução</i>	25

CAPÍTULO 1

RISCO E RESPONSABILIDADE

1.1 Da Revolução Industrial à sociedade da informação	35
1.2 Incerteza e risco	44
1.3 Risco e racionalidade nos contratos	47
1.4 Alocação eficiente de riscos	55
1.5 O risco como causa de atribuição de responsabilidade ..	61
1.6 Cláusulas de exoneração e limitação de responsabilidade como instrumentos de alocação de riscos	85

CAPÍTULO 2

CLÁUSULAS DE EXONERAÇÃO E DE LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

2.1 Cláusulas de agravamento da responsabilidade	99
--	----

2.2 Cláusulas de exoneração e de limitação de responsabilidade: definição	105
2.3 Terminologia e fundamentos da distinção entre os dois conceitos	113
2.4 Algumas figuras afins	118
2.4.1 A limitação do conteúdo da obrigação	120
2.4.2 Cláusula penal	128
2.4.3 Seguro de responsabilidade	141
2.5 Ônus da prova	145

CAPÍTULO 3

RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRA CONTRATUAL

3.1 Validade da limitação ou exclusão da responsabilidade aquiliana	151
3.2 Responsabilidade pré-contratual	163
3.3 Cumulação da responsabilidade aquiliana e da responsabilidade contratual	171

CAPÍTULO 4

CONTRATOS POR ADEÇÃO

4.1 A racionalidade dos contratos por adesão e o controle das cláusulas abusivas.....	187
4.2 O inciso I do art. 51.....	194
4.3 O art. 424 do Código Civil	198

CAPÍTULO 5

RESTRICÇÕES À VALIDADE DAS CLÁUSULAS DE EXCLUSÃO E LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

5.1 Dolo e culpa grave	209
------------------------------	-----

5.2 Morte e lesão à integridade física da pessoa humana	230
5.3 Ordem pública e violação de normas de ordem pública	247
5.4 Admissibilidade das cláusulas de limitação e de exoneração de responsabilidade em relação à obrigação principal	252
5.4.1 <i>Fundamental breach</i> e <i>breach of a fundamental term</i>	256
5.5 Conclusões parciais	265

CAPÍTULO 6

EFEITOS DA CLÁUSULA PERANTE TERCEIROS

6.1 Responsabilidade por atos de auxiliares e representantes	267
6.2 Responsabilidade do devedor por atos de auxiliares	268
6.3 Extensão dos efeitos da cláusula de não indenizar aos auxiliares	273
6.4 Requisitos de validade das cláusulas de não indenizar por atos de terceiros	275

CAPÍTULO 7

FORMA E CONTEÚDO DAS CLÁUSULAS DE EXONERAÇÃO E LIMITAÇÃO DO DEVER DE INDENIZAR

7.1 Controle formal	295
7.2 Conteúdo das cláusulas de não indenizar	304
7.3 Cláusulas de não indenizar e responsabilidade objetiva	327

CAPÍTULO 8**INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS
DE EXONERAÇÃO E DE LIMITAÇÃO
DE RESPONSABILIDADE**

8.1 Interpretação dos contratos empresariais	335
8.2 Interpretação estrita	342
8.3 Interpretação <i>contra proferentem</i>	349
8.4 Princípio da transparência	352
8.5 <i>Interpreting out</i> e <i>repugnancy rule</i>	356
8.6 Regras gerais de interpretação contratual.....	360
8.6.1 <i>In dubio pro debitoris</i>	362
8.6.2 Princípio da conservação dos contratos.....	366
8.6.2.1 Princípio da conservação e a interpretação estrita	367
8.6.2.2 Efeitos da nulidade da cláusula sobre a validade do contrato	368
8.6.2.3 Nulidade parcial das cláusulas de exoneração e de limitação de responsabilidade	370
8.7 Regras convencionais de interpretação	372

CAPÍTULO 9**SISTEMATIZAÇÃO DA VALIDADE
DAS CLÁUSULAS DE EXONERAÇÃO E DE
LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE NO
DIREITO ESTRANGEIRO**

9.1 Os sistemas do “direito civil”	377
9.1.1 França	379
9.1.2 Alemanha	380
9.1.3 Itália	383
9.1.4 Espanha	386
9.1.5 Portugal	387

9.2 A tradição da <i>common law</i>	392
---	-----

<i>Conclusões</i>	397
-------------------------	-----

<i>Referências</i>	403
--------------------------	-----